



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 001/2021**

Dispõe sobre alteração na Lei  
nº 1406, de 23 de dezembro de  
2003, conforme especifica.

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido os §§4º e 5º no art. 1º da Lei nº 1406, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º ...

...

§4º o Imposto sobre Serviços – ISS incide nos serviços enquadrados no subitem 17.22 da lista de serviços de cobrança geral, e acrescenta as atividades de teleatendimento e telemarketing, *call center* e *contact center*, desenvolvidos através da telemática e múltiplas mídias.

§5º Tais serviços enquadram-se no subitem 17.22 da lista de serviços constantes no art. 1º, cobranças e recebimentos por conta de terceiros, protestos de títulos, sustentação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos, com exceção de serviços de instituições financeiras.” (NR)

Art. 2º Fica alterado o inciso IV do art. 18, da Lei nº 1406, de 2003, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 18...

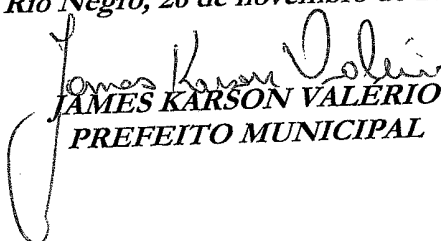
...

IV - Serviços descritos nos itens 7.02, 7.05 e 17.22 - 2,0%(dois por cento)” (NR).

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos previstos na Lei nº 1406, de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 90(noventa) dias após sua publicação.

*Rio Negro, 26 de novembro de 2021.*

  
**JAMES KARSON VALÉRIO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**  
**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 76.002.641/0001-47

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente,  
Senhoras Vereadoras,  
Senhores Vereadores,

O projeto de Lei Complementar incluso objetiva alteração na Lei nº 1406, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza.

As alterações encaminhadas estão em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências e têm por finalidade adaptar a legislação municipal às novas atividades de tele atendimento e telemarketing, *call center e contact center*, que compreendem serviços prestados através da telefone, *e-mail, chat* e tratamento de fax; com o intuito de melhorar a arrecadação do ISSQN.

Salientando que, as empresas optantes pelo simples nacional e que recolhem o ISSQN por meio do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS da Receita Federal, e que prestam serviços constantes no item 17.22 da Lista de Serviços, devem aplicar as alíquotas conforme previstas na tabela dos anexos à Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, suas resoluções e atualizações, de acordo com a faixa de receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração.

Outrossim, requer que a discussão e votação, se possível, seja realizada em regime de urgência, com base no §1º do artigo 50, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a denotada relevância e urgência da matéria.

Contando com a atenção na discussão e votação deste Projeto, antecipadamente agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

  
**JAMES KARSON VALÉRIO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**